



Emenda nº , CMMPV 1171/2023 (à MPV 1171/2023)

Dê-se nova redação aos arts. 13 e 14 da Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023, e inclua-se o art. 13-A, nos termos a seguir:

“Art.13. As Leis nº 11.482, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.1º
.....

IX – a partir do mês de abril do ano calendário de 2015 e até dezembro do ano-calendário de 2022:

X – a partir do ano-calendário de 2023:

Tabela Progressiva Mensal

Base de cálculo (R\$)	Alíquota %	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 2.924,27	-	-
De 2.924,28 até 4.341,37	7,5	219,32
De 4.341,38 até 5.761,12	15	544,93
De 5.761,13 até 7.164,34	22,5	977,01
Acima de 7.164,34	27,5	1.335,22

.....” (NR)

Art.13-A A Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º.....
.....

XV
—.....
.....





i) R\$ 1.903,98 (mil, novecentos e três reais e noventa e oito centavos), por mês, a partir do mês de abril do ano calendário de 2015 até dezembro do ano-calendário de 2022;

j) R\$ 2.924,27 (dois mil, novecentos e vinte e quatro reais e vinte e sete centavos), por mês, a partir do ano-calendário de 2023.

.....”
(NR)

“Art.14 A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º.....
.....

III -.....
.....

i) R\$ 189,59 (cento e oitenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), a partir do mês de abril do ano calendário de 2015 até dezembro do ano-calendário de 2022;

j) R\$ 291,19 (duzentos e noventa e um reais e dezenove centavos), a partir do ano-calendário de 2023.

.....
VI -.....
.....

i) R\$ 1.903,98 (mil, novecentos e três reais e noventa e oito centavos), por mês, a partir do mês de abril do ano calendário de 2015 até dezembro do ano-calendário de 2022;

j) R\$ 2.924,27 (dois mil, novecentos e vinte e quatro reais e vinte e sete centavos), por mês, a partir do ano-calendário de 2023.

.....

Parágrafo único. A dedução permitida pelo inciso V do caput aplica-se exclusivamente à base de cálculo relativa aos seguintes rendimentos, assegurada, nos demais casos, a dedução dos valores pagos a esse título, por ocasião da apuração da base de cálculo do imposto devido no ano-calendário, conforme disposto na alínea “e” do inciso II do caput do art. 8º:

I - do trabalho com vínculo empregatício ou de administradores; e





II - proventos de aposentados e pensionistas, quando a fonte pagadora for responsável pelo desconto e pelo respectivo pagamento das contribuições previdenciárias.” (NR)

Art. 8º.....
.....

II -.....
.....

b).....
.....

10. R\$ 3.561,50 (três mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos), para o ano calendário de 2015 até o ano-calendário de 2022;

11. R\$ 5.470,00 (cinco mil quatrocentos e setenta reais), a partir do ano-calendário de 2023.

c).....
.....

9. R\$ 2.275,08 (dois mil, duzentos e setenta e cinco reais e oito centavos), para o ano calendário de 2015 até o ano-calendário de 2022;

10. R\$ 3.494,23 (três mil quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e três centavos), a partir do ano-calendário de 2023.

.....”
(NR)

“Art.
10.
.....

IX - R\$ 16.754,34 (dezesesseis mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), para o ano calendário de 2015 até o ano-calendário de 2022;

X – R\$ 25.732,48 (vinte e cinco mil setecentos e trinta e dois e quarenta e oito centavos), a partir do ano-calendário de 2023.

.....”
(NR)



JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo corrigir os valores da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) e das deduções com dependentes e educação, da isenção para maiores de 65 anos e do limite de desconto simplificado de 20%. Para tanto, toma por base tão somente a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulada no período compreendido entre abril de 2015 (data da última atualização) e dezembro de 2022.

Para a Tabela do IRPF, levou-se em consideração a projeção da inflação para o período citado, cujo valor, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 53,59%.

Cumprе esclarecer que a referida atualização não implica em proporcionar ganhos reais aos contribuintes e nem tampouco compensar eventuais injustiças cometidas no passado. O esperado é apenas atenuar os efeitos relativos às perdas inflacionárias que incidem diretamente sobre a alta carga tributária suportada pelo contribuinte brasileiro.

Mister destacar que a política tributária é um dos principais instrumentos de distribuição de renda de um País, mas para que isso ocorra é necessário um sistema tributário que tenha como princípio a progressividade na sua forma de incidência e que esteja atualizado com os índices inflacionários.

O descompasso entre a correção dos salários das famílias e a atualização das faixas da tabela do imposto de renda restou por trazer a primeira faixa de tributação às famílias que não eram tributadas.

Ou seja, se a correção da tabela fosse feita levando-se em consideração a inflação real do período, uma parcela significativa da renda das famílias não estaria sendo tributada. Tudo isso provoca o aumento da já tão elevada carga tributária do nosso País, gerando um aumento de arrecadação para os cofres públicos via elevação do imposto de renda da pessoa física.

Ademais, além da classe social mais desfavorecida ser chamada para dar sua parcela de contribuição, a classe média passa a suportar valores ainda mais elevados de imposto de renda, ainda porque não conseguem se beneficiar de uma redução por meio de planejamentos lícitos, uma vez que, na maioria das vezes, já tem seu imposto de renda retido no contracheque. Some-se a isso, são os que mais suportam, proporcionalmente, o peso elevadíssimo dos tributos indiretos (ICMS, IPI, PIS/Cofins).





Diante do exposto, e tendo em vista a importância social e econômica de que se reveste esta proposta, gostaria de poder contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação e incorporação desta emenda ao ordenamento jurídico pátrio.

Sala da Comissão, de de 2023.

Deputado Mendonça Filho
União Brasil/PE

